



COMUNIDADE EM MOVIMENTO

BOLETIM INFORMATIVO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

Director: Pe. Frei Ricardo Rainho, O. Carm. Ano XIV - III Série N.º 117 Julho 2009

TERCEIRA ENCÍCLICA DO PAPA BENTO XVI

O Desenvolvimento Humano Integral na Caridade e na Verdade



O Papa Bento XVI apresentou no passado dia 7 de Julho a sua terceira encíclica, **“Caritas in Veritate” - A caridade na verdade -**, um texto de 79 pontos, em que se mostra a um mundo ainda abalado pela crise financeira um conjunto de orientações para o mundo económico e exigências de solidariedade. Lembrar os pobres e os mais desprotegidos no tempo da globalização é o fio condutor do documento, que procura apresentar

caminhos para o “verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e de toda a humanidade”.

O Papa repete a palavra “caridade”, que dava o mote à sua primeira encíclica abordando desta feita matérias ligadas ao mundo do trabalho, da economia e do desenvolvimento. Na abertura da encíclica refere-se que há um contexto social e cultural que “relativiza a verdade” e provoca um “esvaziamento” da caridade, o que pode fazer com que “a actividade social acabe à mercê de interesses privados e lógicas de poder”.

Justiça e bem comum são apresentados como critérios orientadores para o agir, também dos cristãos, embora Bento XVI reafirme que a Igreja não tem soluções técnicas para apresentar, mas “uma missão de verdade para cumprir”. “Quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior

à do empenho simplesmente secular e político”, pode ler-se.

O **I Capítulo** é dedicado à encíclica “*Populorum Progressio*” (1967), de Paulo VI, retomando “os seus ensinamentos sobre o desenvolvimento humano integral” e pedindo um “verdadeiro humanismo”, aberto ao “Absoluto”.

“Deus é o garante do verdadeiro desenvolvimento do homem”, escreve.

Neste contexto, é dito que a Igreja tem um papel público a cumprir, “sem olhar a privilégios nem posições de poder”, e propõe-se uma “ligação entre ética de vida e ética social”, comprometendo cada pessoa “a fim de fazer avançar os actuais processos económicos e sociais para metas plenamente humanas”.

A falta de fraternidade entre homens e povos é uma das preocupações apresentadas: “A sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos”.

O **Capítulo II** aborda a questão do desenvolvimento no nosso tempo, começando com um alerta de Bento XVI: “O lucro é útil se, como meio, for orientado para um fim que lhe indique o sentido e o modo como o produzir e utilizar”.

“As forças técnicas em campo, as inter-relações a nível mundial, os efeitos deletérios sobre a economia real duma actividade financeira mal utilizada e maioritariamente especulativa, os imponentes fluxos migratórios, com frequência provocados e depois não geridos adequadamente, a exploração desregrada dos recursos da terra, induzem-nos hoje a reflectir sobre as medidas necessárias para dar solução a problemas que são não apenas novos relativamente aos enfrentados pelo Papa Paulo VI, mas também e sobretudo com impacto decisivo no bem presente e futuro da humanidade”, indica.

No contexto da crise, surgiu uma renovada avaliação do “papel e poder” dos Estados, com o Papa a pedir “novas formas de participação” na vida política nacional e internacional.

A luta contra a fome merece uma chamada de atenção: “É necessária a maturação duma consciência solidária que considere a alimentação e o acesso à água como direitos universais de todos os seres humanos, sem distinções nem discriminações”, observa.

Aborto, eutanásia e violações à liberdade religiosa são outras preocupações apresentadas, a que se juntam o “terrorismo de índole fundamentalista, que gera sofrimento, devastação e morte, bloqueia o diálogo entre as nações e desvia grandes recursos do seu uso pacífico e civil”.

O Papa admite que “as grandes novidades, que o quadro actual do desenvolvimento dos povos apresenta, exigem em muitos casos novas soluções”, considerando como prioritário “o objectivo do acesso ao trabalho”.

Fraternidade, desenvolvimento económico e sociedade civil são o tema do **Capítulo III**, em que se alerta contra uma visão “meramente produtiva e utilitarista da existência”.

Regulação, legislação e redistribuição da riqueza são temas abordados num conjunto de reflexões em que se

procura afastar a ideia de um mercado negativo por natureza e se fala da importância das “leis justas” nos Estados para a “civilização da economia”.

Esta secção conclui-se com uma nova avaliação do fenómeno da globalização, visto como mais do que um mero processo socio-económico: “Não devemos ser vítimas dela, mas protagonistas, actuando com razoabilidade, guiados pela caridade e a verdade”.

No **Capítulo IV** aparecem as questões direitos e deveres, da ecologia e da ética. Bento XVI fala de uma reivindicação do “supérfluo” que contrasta com a falta de água e alimento em certas regiões subdesenvolvidas. O Papa afirma também que é “errado” considerar o aumento da população como “primeira causa de subdesenvolvimento”, lembrando que a queda dos nascimentos “põe em crise os sistemas de assistência social”.

“Nesta perspectiva, os Estados são chamados a instaurar políticas que promovam a centralidade e a integridade da família, fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher, célula primeira e vital da sociedade”, acrescenta a encíclica.

A colaboração da família humana está no centro do **Capítulo V**, onde se lê que os cristãos apenas podem contribuir para o desenvolvimento “apenas se Deus encontrar lugar também na esfera pública”. O Papa faz referência ao princípio da subsidiariedade, como “antídoto” contra qualquer forma de “assistencialismo paternalista”.

Um maior acesso à educação e um compromisso internacional contra fenómenos como o turismo sexual são indicações de Bento XVI para promover um desenvolvimento integral, em que se incluem ainda as novas dinâmicas das migrações, impossíveis de resolver “por um país, de forma isolada”.

A reforma “urgente” da ONU e da actual arquitectura económica e financeira mundial levam o Papa a defender uma nova e verdadeira “autoridade política mundial”.

O **VI Capítulo**, é dedicado ao tema do desenvolvimento dos povos e da técnica, com aviso em relação à ideologias tecnocráticas. Neste contexto, é referido que “um campo primário e crucial da luta cultural entre o absolutismo da técnica e a responsabilidade moral do homem é o da bioética”.

Na **conclusão**, Bento XVI dirige-se aos cristãos e indica que “o desenvolvimento implica atenção à vida espiritual, uma séria consideração das experiências de confiança em Deus, de fraternidade espiritual em Cristo, de entrega à providência e à misericórdia divina, de amor e de perdão, de renúncia a si mesmos, de acolhimento do próximo, de justiça e de paz”.

ENCÍCLICA

DEFENDE DIMENSÃO ESPIRITUAL DO DESENVOLVIMENTO

Papa pede um lugar para Deus na esfera pública

A encíclica “Caritas in veritate” advoga um desenvolvimento que inclua “o espiritual”, para evitar alguns dos males que afligem as sociedades ditas desenvolvidas.

“A alienação social e psicológica e as inúmeras neuroses que caracterizam as sociedades opulentas devem-se também a causas de ordem espiritual. Uma sociedade do bem-estar, materialmente desenvolvida mas oprimente para a alma, de per si não está orientada para o autêntico desenvolvimento”, escreve o Papa.

“As novas formas de escravidão da droga e o desespero em que caem tantas pessoas têm uma explicação não só sociológica e psicológica, mas essencialmente espiritual. O vazio em que a alma se sente abandonada, embora no meio de tantas terapias para o corpo e para o psíquico, gera sofrimento”, prossegue.

Para o Papa, a religião cristã e as outras religiões só podem dar o seu contributo para o desenvolvimento “se Deus encontrar lugar também na esfera pública, nomeadamente nas dimensões cultural, social, económica e particularmente política”.

Bento XVI explica que “viver a caridade na verdade leva a compreender que a adesão aos valores do cristianismo é um elemento útil e mesmo indispensável para a construção duma boa sociedade e dum verdadeiro desenvolvimento humano integral”.

“Um cristianismo de caridade sem verdade pode ser facilmente confundido com uma reserva de bons sentimentos, úteis para a convivência social mas marginais”, indica.

Bento XVI considera que “não há desenvolvimento pleno nem bem comum universal sem o bem espiritual e moral das pessoas”.

O documento chama a sociedade actual a uma “séria revisão do seu estilo de vida” que, em muitas partes do mundo, “pende para o hedonismo e o consumismo, sem olhar aos danos que daí derivam”, apelando também à “responsabilidade social do consumidor”.

Por tudo isto, Bento XVI defende que “o desenvolvimento implica atenção à vida espiritual”. “O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano. Só um humanismo aberto ao Absoluto pode guiar-nos na promoção e realização de formas de vida social e civil”, pode ler-se.

CONDENA DESLOCALIZAÇÕES E PRECARIEDADE NO TRABALHO

Bento XVI considera que situação estrutural de insegurança gera comportamentos antiprodutivos

A nova encíclica de Bento XVI, “Caritas in veritate”, condena as actuais práticas de deslocalizações e de precariedade no trabalho, afirmando que “uma situação estrutural de insegurança gera comportamentos antiprodutivos e de desperdício de recursos humanos”.

“Não é lícito deslocalizar somente para gozar de especiais condições de favor ou, pior ainda, para exploração, sem prestar uma verdadeira contribuição à sociedade local”, enfatiza.

O Papa questiona a “redução das redes de segurança social”, considerando que a mesma acarreta um “grave perigo para os direitos dos trabalhadores”, e lamenta situações de “falta de protecção eficaz por parte das associações de trabalhadores”.

Bento XVI escreve que a gestão da empresa “não pode ter em conta unicamente os interesses dos proprietários da mesma, mas deve preocupar-se também com as outras diversas categorias de sujeitos que contribuem para a vida da empresa: os trabalhadores, os clientes, os fornecedores dos vários factores de produção, a comunidade de referência”.

Bento XVI identifica um “nexo directo entre pobreza e desemprego. Em muitos casos, os pobres são o resultado da violação da dignidade do trabalho humano”. A encíclica inclui uma chamada de atenção também para “a urgente necessidade de as organizações sindicais dos trabalhadores - desde sempre encorajadas e apoiadas pela Igreja - se abrirem às novas perspectivas que surgem no âmbito laboral”, sobretudo a favor dos trabalhadores explorados e não representados.

Uma longa passagem do documento explica o que o Papa entende por um trabalho “decente”, ou seja, “um trabalho que, em cada sociedade, seja a expressão da dignidade essencial de todo o homem e mulher: um trabalho escolhido livremente, que associe eficazmente os trabalhadores, homens e mulheres, ao desenvolvimento da sua comunidade”.

O documento defende um trabalho que “permita aos trabalhadores serem respeitados sem qualquer discriminação; um trabalho que consinta satisfazer as necessidades das famílias e dar a escolaridade aos filhos, sem que estes sejam constrangidos a trabalhar”. Também para os reformados é pedida “uma condição decorosa”.

ECOS DA ENCÍCLICA EM PORTUGAL

“É necessário discutir o texto com a sociedade portuguesa”

No mesmo dia em que o Papa publicou a Encíclica em Roma, em Fátima o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), D. Jorge Ortiga, defendeu que a encíclica “Caritas in veritate”, chega “na hora exacta”, destacando a importância que o texto pode ter para a avaliação dos programas políticos nas próximas eleições, no nosso país.

Num encontro inédito, destinado a apresentar o novo documento do Papa, o Arcebispo de Braga disse ser necessário discutir o texto “com a sociedade portuguesa”, em especial para ajudar a formar um voto mais “consciente”, como a CEP já tinha pedido na sua última Assembleia Plenária.

“Esta carta-encíclica, se fosse lida e meditada por todos os cristãos, em primeiro lugar, e particularmente também pelos políticos, num tempo que se aproxima de eleições e campanhas eleitorais, de programas que vão ser elaborados, estou convencido que seria muito útil”, defendeu o prelado.

De acordo com D. Jorge Ortiga, “a Igreja não se quer intrometer em questões políticas, mas há uma doutrina que se repercute em vários sectores da vida”.

Nesse sentido, defendeu que a “Caritas in veritate” (Caridade na verdade) contém um “conjunto de orientações que poderão enriquecer muito a sociedade portuguesa”.

“É necessário projectar de novo o nosso caminho”, encontrando regras e formas novas de compromisso, acrescentou o presidente da CEP, para quem a crise exige “novos paradigmas de vida”, em termos individuais e sociais: “É urgente renovar”.

Comentando o título dado pelo Papa à sua terceira encíclica, o Arcebispo de Braga sublinhou que o amor “impela as pessoas a comprometerem-se” e que “a Igreja tem de denunciar determinadas situações em nome da verdade”. Nesse sentido, disse esperar que a carta “chegue ao coração da sociedade portuguesa”

Para lá da crise

Alfredo Bruto da Costa, presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP), foi o convidado da CEP para comentar a nova encíclica, “um documento extremamente denso”. “O Papa evita que se confunda caridade com sentimentalismo, com um conjunto de bons sentimentos muitas vezes inconsequentes”, adianta.

O especialista considerou que a encíclica não é “sobre a crise”, mas “sobre o desenvolvimento humano”, com um “olhar sobre a caridade na verdade”, escrita “em tempo de crise, mas válido para a situação do mundo antes da crise e depois da crise, se durante a mesma não houver mudanças substanciais”.

Este responsável frisou que “no pensamento cristão o amor também se estende às estruturas da sociedade”, por outras palavras, “tem uma dimensão política”.

Na sociedade, prosseguiu, “tem de haver lugar para a gratuidade”, indo para além dos direitos e dos deveres, “o elemento mais original do Cristianismo no olhar a sociedade, acrescentando um teor de humanidade”

Bruto da Costa afirmou que onda “neoliberal” das últimas décadas levou o “individualismo” a praticamente apagar o conceito de bem comum, o bem de “nós todos”, como diz o Papa “salientando a dimensão relacional do ser humano”.

Estado

O documento de Bento XVI advoga uma nova ordem política e financeira internacional, que para o presidente da CNJP se justifica pelo facto de os Estados estarem a perder o seu poder político, porque “a actividade económica e financeira não tem fronteiras” e pela progressiva reunião dos Estados em organizações “supraregionais”. Nesse sentido, acrescentou, há uma necessidade de “reavaliar o papel”.

Bruto da Costa disse que o Papa fala da globalização como um factor “neutro”, que “faz vizinhos, mas não faz irmãos”, e aborda a questão do desenvolvimento numa perspectiva antropológica. A este respeito, citou a definição de desenvolvimento de Paulo VI - “a passagem de condições menos humanas para condições mais humanas” -, para ilustrar o percurso da encíclica de Bento XVI, que vai das questões de sobrevivência à abertura a Deus, “condição mais humana de todas”.

As questões morais, avançou, não atingem os indivíduos, de forma isolada, são matéria de “legislação” e devem “passar a fazer parte da Doutrina Social da Igreja”.

*Texto completo da Encíclica em:
www.ecclesia.pt ou na
secretaria da Igreja*

Colaboradores: Fr. Fernando; Abílio Casaleiro; Agnelo Noronha; Altamiro Figueira; Carlos Pinto; Dimas Pedrinho; Luís Garcia

Tiragem: 1000 Exemplares **Propriedade:** Fábrica da Igreja Paroquial de Santo António dos Cavaleiros

Morada: Av. Francisco Pinto Pacheco – Ap.1071, 2661-901 Santo António dos Cavaleiros - Tel. 21 988 43 66

Http://www.paroquia-sac.web.pt